

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

## **1. PREÂMBULO**

1.1. A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul - PMSCS através da Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Planejamento de Compras, Licitações e Contratos, mediante Pregoeiro(a), designado pela Portaria nº 40.304 de 25 de outubro de 2023 e Portaria nº 40.369 de 6 de dezembro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, dos Decretos Municipais nº. 9.459/2006 e 11.914/2023, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e posteriores alterações e Lei Municipal 4660/2008 no que couber, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os Princípios Gerais de Direito.

1.2. Em quaisquer das menções à Lei Federal 14.133/21, ou outras Leis Federais, Estaduais e Municipais, entende-se, neste instrumento convocatório, que estão implícitas todas as alterações e regulamentações em vigor dessas mesmas leis, independente de expressa citação neste sentido, quando da indicação do texto legal.

1.3. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://pregaoeletronico.saocaetanodosul.sp.gov.br/>, no dia **03 de MAIO de 2024 às 09:30 horas**, e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de Pregão Eletrônico da Prefeitura de São Caetano do Sul: <https://pregaoeletronico.saocaetanodosul.sp.gov.br/>

**R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200**



## 2. OBJETO

2.1. Constitui o objeto deste Pregão, a **Contratação de empresa fornecedora de cartões conectados aos arranjos de pagamento eletrônico e gestão de créditos para pagamento de benefícios, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul - SEAIS, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios do Auxílio Suplementar de Alimentação e Auxílio Vale Gás, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.**

## 3. VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO(S) PRODUTO(S)/ PRESTAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S).

3.1 O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.2 Caso algum material fornecido para a prestação dos serviços apresente defeito durante o período de utilização, a Detentora deverá substituí-lo por outro, de igual modelo ou superior, imediatamente, a fim de não haver prejuízo ao evento, sem quaisquer ônus para a Contratante a substituição do produto, a partir do recebimento da comunicação emitida pela Contratante, sem prejuízo da aplicação de penalidade cabível conforme item 16 do Edital.

3.3 O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes deste Edital e dos seus Anexos, sob pena de incorrer a Detentora nas sanções previstas na forma da Lei.

3.4 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

3.5 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

## 4. PRAZOS DE IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

4.1. As impugnações ao edital serão recebidas até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formuladas por meio eletrônico, em campo próprio do sistema e dirigidas à Diretoria do Departamento de Compras Licitações e Contratos.



4.2. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos, relativos a esta licitação serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de São Caetano do Sul do Departamento de Licitações e Contratos, e deverão ser formuladas por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, no prazo de até três dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão Pública.

4.3. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

4.4. Não serão aceitas consultas, reclamações, impugnações ou questionamentos efetivados através de ligação telefônica, meio eletrônico, ou consulta verbal.

## **5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E LANCE**

5.1. **VALOR DA TAXA ADMINISTRATIVA**, poderá ser apresentado sob a forma de índice percentual (%) ou desconto.

5.1.1 Serão admitidas taxas positivas, nulas e negativas.

5.2. O licitante somente será declarado vencedor se sua proposta final contemplar a melhor oferta.

## **6. PARTICIPAÇÃO**

6.1 As licitantes interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos por meio eletrônico, através do site da Administração (<http://licitacao.saocaetanodosul.sp.gov.br/web/> e <https://pregaoeletronico.saocaetanodosul.sp.gov.br> ) e, no Departamento de Planejamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

6.1.1 Os interessados em adquirir o Edital pessoalmente deverão, na ocasião da aquisição, disponibilizar mídia removível (pen drive).

6.1.2 É importante o acesso frequente à página eletrônica da Prefeitura, tendo em vista que eventuais questionamentos sobre edital e os devidos esclarecimentos serão divulgados por meio eletrônico, no endereço indicado, junto ao respectivo edital, não sendo aceitas alegações de desconhecimento.

6.2 O presente Edital se submete integralmente ao disposto na Lei Complementar 123/2006 e suas posteriores alterações, e aos termos da Lei Municipal 4660/08.

6.3 Poderão participar da presente licitação, as pessoas físicas e jurídicas que atenderem as exigências deste Edital.

6.4 Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que estejam cadastrados do Portal de Pregão Eletrônico de São Caetano do Sul, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, e tenham credenciado os seus representantes.

6.4.1 O registro no Portal de Pregão Eletrônico de São Caetano do Sul, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Portal de Pregão Eletrônico de São Caetano do Sul.

6.4.2 O registro no Portal de Pregão Eletrônico de São Caetano do Sul é gratuito.

6.5 Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras pertencentes ao ramo do objeto licitado.

6.6 Estão impedidos de participar de qualquer fase do presente processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes condições:

a) Organizações Sociais;

b) Empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, exceto empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

c) Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

d) Pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

d.1) O impedimento de que trata o item 'd' será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

d.2) A idoneidade dos participantes será ser consultados os seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e

III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) Autor do anteprojeto ou do projeto básico, pessoa física ou jurídica;

i) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

j) Pessoa física ou jurídica, que estejam enquadradas nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/21.

k) Empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra.

I.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

d) A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital.

## **7. APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “HABILITAÇÃO”**

7.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico em campo próprio do sistema, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.

7.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

7.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

7.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

7.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo (a) Pregoeiro (a).

7.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 7.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

7.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 7.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.3. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

7.4. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no Anexo II, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

## **8. APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS e AMOSTRAS**

8.1. Não é necessário a apresentação de catálogos e amostras.

## **9. VISTORIA TÉCNICA**

9.1. Não é necessário a realização de visita técnica.

## 10. ABERTURA DA PROPOSTA E JULGAMENTO

10.1 A partir do horário previsto no edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

10.1.1 A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente, sendo desclassificadas e reprovadas as propostas que, respectivamente:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 6 deste edital.
- c) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- d) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

10.1.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.1.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a).

10.1.4 O licitante que tiver sua proposta desclassificada e desejar recorrer da decisão deverá observar o item 13 deste edital.

10.2 Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.





**10.2.1 O valor de redução mínima entre os lances será de 0,01% e incidirá sobre o percentual total.**

10.2.2 O licitante poderá oferecer valores iguais ou superiores ao menor já ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.3 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, quando houver, será permitido ao(a) Pregoeiro(a) a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação. Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o(a) Pregoeiro(a) poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

10.4 Nos termos do Inciso I do artigo 56 da Lei 14.133/21, será adotado o **modo disputa aberto**, o qual terá etapa de lances com duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. Não havendo novos lances no período de prorrogação a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente, o(a) Pregoeiro(a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, na situação prevista pelo § 4º do artigo 56 da Lei 14.133/21.

10.4.1 A situação prevista no item anterior e no § 4º do artigo 56 da Lei 14.133/21 se destina apenas a definir as posições posteriores a proposta melhor classificada, ou seja, nessa situação não serão admitidos lances menores do que o valor da proposta melhor classificada. Os demais licitantes poderão formular outros lances, inclusive intermediários entre si.

10.4.2 O(a) Pregoeiro(a) tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

10.4.3 O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

10.5 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.6 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

10.7 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

10.8 Devido a imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

10.9 Para julgamento será adotado o critério de menor preço, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

10.10 O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

10.10.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos pelo art. 60 da Lei 14.133/21.

10.11 Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

10.11.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

10.12 O(a) Pregoeiro(a) anunciará a licitante detentora da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.13 Com base na classificação a que alude o item 9.10, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

10.13.1 A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

10.13.2 Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 9.13.1.

10.13.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 9.10, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

10.14 Considerada aceitável a proposta de menor taxa administrativa, obedecidas às exigências fixadas neste edital, o(a) Pregoeiro(a) passará para a etapa habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

## **11. HABILITAÇÃO**

11.1 Considerada aceitável a oferta de menor taxa administrativa, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, proceder-se-á a análise dos documentos de habilitação da licitante



primeira classificada.

11.2 A licitante será considerada habilitada se apresentar os documentos relacionados a seguir:

### **11.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo III-A), em papel timbrado da empresa.

e.1) As licitantes que se encontram na condição de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** deverão nos termos da legislação fiscal e societária, apresentar o Anexo III-B e o Anexo IV.

f) Declaração de comprovação de regularidade perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Anexo V deste edital.

f.1) Caso os documentos mencionados nas alíneas “a” à “d” já tenham sido apresentados no credenciamento, torna-se desnecessária nova apresentação.

### **11.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, consistente na apresentação de certidão que comprove regularidade fiscal junto ao Estado ou Distrito Federal;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da empresa licitante, consistente na apresentação de certidão de regularidade de débitos municipais mobiliários.
- e) Certidão que comprove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, emitida pelo site <http://www.tst.jus.br/certidao/>.

11.4.1 As provas de regularidades elencadas nas alíneas “b”, “c” e “d” acima, são exclusivamente relativas aos tributos pertinentes ao objeto licitado.

11.4.2 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

11.4.3 As certidões que não trouxerem em seu conteúdo o prazo de validade, será considerado de 180 (cento e oitenta) dias.

## **11.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

11.5.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com prazo de expedição inferior a **30 (trinta)** dias da data deste pregão.

## **11.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.6.1 A licitante obriga-se a dar pleno atendimento ao previsto na Lei 14.133/2021, apresentando os seguintes documentos para a **qualificação técnica**:

11.6.2 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.6.3 Considerar-se-á (ão) compatível (is) em características, quantidades e prazos o(s) atestado(s) que comprove(m):

a) o fornecimento de meio de pagamento eletrônico, em que foram realizadas, no mínimo, 9.000 (nove mil) transações de pagamento por mês em um período de 12 meses, o que corresponde a 50% do objeto total ora licitado e;

11.6.4 A menção à utilização de cartões no (s) atestado (s) será aceita para fins da comprovação de “fornecimento de meio de pagamento eletrônico”, a que alude a alínea “a” do item anterior.

11.6.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

11.6.6 Serão aceitos o somatório dos atestados desde que comprovem no mínimo 50% do objeto total licitado no período de 12 meses.

11.7 A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação.

11.8 A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro(a) e deverá ser anexada aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.8.1 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

11.9 Os Documentos de Habilitação deverão estar devidamente autenticados, por Cartório competente ou por servidor da Administração, mediante apresentação do Original, na sessão do Pregão.



11.10 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas de todos os documentos deverão ser apresentados, em até **02 (dois) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, no **DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, sito à Rua Eduardo Prado, nº 201, Bairro Santo Antônio, CEP 09581-900, na cidade de São Caetano do Sul/SP**, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

11.10.1 Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, por declaração de autenticidade por advogado sob sua responsabilidade pessoal; ou

11.10.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

11.11 Caso a licitante classificada com o menor preço venha a desatender as exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a melhor oferta subsequente e negociará com o seu autor, decidindo sobre sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificando as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.12 A licitante devidamente enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte em conformidade com as Leis Federal e Municipal, respectivamente 123/06, devidamente atualizada, e 4660/08, no que couber, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que existam pendências.

11.13 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, devidamente atualizada, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante foi declarada vencedora, para apresentação da devida comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

11.13.1 O prazo de 05 (cinco) dias úteis para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte poderá a critério do Sr(a). Pregoeiro (a), mediante requerimento da licitante, ser prorrogado por igual período.

11.14 A não regularização da documentação pelo prazo concedido no item 11.13. e eventualmente ao prazo do item 11.13.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

11.15 Encerrada a sessão pública do pregão, observada a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para as microempresas e empresas de pequeno porte, previstas nos itens do edital, a licitante declarada vencedora, independentemente de sua condição de microempresa e empresa de pequeno porte, deverá entregar no prazo de até 02 (dois) dias após a reunião do pregão, nova proposta de preço, devidamente formalizada e readequada ao lance verbal vencedor, sob pena de decair seu direito à contratação.

## **12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 Declarada (s) vencedora (s), o (a) Pregoeiro (a) informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão manifestar imediata e motivadamente, sua intenção de interpor recurso, que deverá ser realizada por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

12.1.1A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

12.2 Havendo manifestação da intenção de interposição de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, convocados para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3 A formalização de recursos, observados os prazos legais, será dirigida à Diretoria do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e será efetivada por meio de documento com identificação do Processo e número do Pregão devendo ser redigido ou anexado em campo específico do sistema, sob pena de decadência do direito de recorrer.

12.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, bem como a não apresentação das razões recursais no prazo estabelecido no item 12.2, importará na



**decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro(a) à vencedora.**

12.5 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

12.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correio, e-mail ou em desacordo com o estabelecido no item 12.3.

12.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento e determinará a convocação da(s) vencedora(s) para a assinatura do contrato/retirada da Autorização de Fornecimento ou Ordem de início de serviços.

### **13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso e atendido aos requisitos do item 11 do Edital.

13.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a) do objeto à proponente vencedora, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **14 CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE**

14.1 A adjudicatária será convocada pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos para no prazo de até 05 (cinco) dias assinar o Contrato, se caso for, ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

14.2 Na hipótese de não atendimento à convocação a que se refere o item 14.1 ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder à adjudicação das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

14.3 O prazo de vigência, condições da execução do(s) fornecimento (s) e prazos de realização, de acordo com o constante do Anexo I – Termo de Referência. Os contratos devidamente assinados que não forem retirados no prazo de até 60 (sessenta dias), contatos da comunicação à

empresa, serão destruídos.

14.4 A Ordem de início dos serviços ou Autorização de Fornecimento será encaminhada por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Detentora, inclusive correio eletrônico.

14.5 Para instruir a formalização da contratação, a Contratada/Detentora deverá providenciar e encaminhar à PMSCS, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, as certidões que comprovem a regularidade relativas à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a de Regularidade Trabalhista (CNDT), válidas, sob pena de não ocorrer a contratação:

14.5.1 Estando em termos as certidões, a Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento será emitida pelo Setor de Compras, conforme necessidades e solicitações da área requisitante com a convocação da Contratada/Detentora para retirá-la.

14.6 A Contratada/Detentora está obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

14.7 As contratações em quantidades superiores às estimadas para a(s) Unidade(s) deverão ser previamente justificadas e autorizadas pelo responsável da Pasta da área requisitante, até o limite legal previsto no item 14.6.

14.8 Correrão por conta da Contratada/Detentora as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, comerciais e outras, decorrentes da contratação.

14.9 A execução do objeto contratado deverá obedecer à legislação que rege a matéria, bem como, as disposições dos órgãos Regulamentadores, em especial, a legislação citada no Anexo I – Termo de Referência, se caso for.

## **15 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 Os pagamentos serão efetivados em 30 dias contados da data em que for atestado o fornecimento dos materiais ou a prestação de serviços. A atestação será efetuada no prazo máximo de 5 dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pelo Setor Requisitante e encaminhada posteriormente, à Seção de





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

Contabilidade para lançamento e demais providências, na conta bancária da **Contratada, Banco** \_\_\_\_\_, **agência n.º** \_\_\_\_\_, **conta n.º** \_\_\_\_\_.

15.1.1 Somente haverá a liberação, pela Secretaria Municipal da Fazenda, do pagamento devido à Contratada, quando da apresentação, pela Unidade Requisitante, de certidão devidamente assinada pelo secretário, conforme disposições contidas na Portaria nº 18.279, de 06 de janeiro de 2005.

15.2 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

15.3 Ocorrendo atraso injustificado na liberação do pagamento, a Contratante poderá ser penalizada com multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.

15.4 Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário para qual deverão constar os dados bancários no corpo da nota fiscal.

15.6 Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

15.6.1 Certidão negativa de débitos referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

15.6.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

15.6.3 Prova da regularidade para com o Cadastro de Informativo Municipal – CADIN Municipal.

15.6.4 Certidão negativa de débitos trabalhista – CNDT

15.6.5 Certidão negativa de débitos tributários mobiliários expedida pela Secretaria



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

Municipal da Fazenda do Município de São Caetano do sul OU caso a empresa não seja inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Caetano do Sul, deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

15.7 Os preços serão fixos e irrevogáveis nos termos da Lei Federal 10.192/2001, sendo que na hipótese de prorrogação contratual, após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados com base no índice do IGPM da FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante requerimento da Contratada.

15.8 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.

15.9 Os valores serão repassados à CONTRATADA conforme descrito nos relatórios de gestão.

15.10 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

15.10.1 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

15.10.2 Somente haverá a liberação, pela Secretaria Municipal da Fazenda, do pagamento devido à Detentora, quando da apresentação, pela Unidade Requisitante, de certidão devidamente assinada pelo Secretário, conforme disposições contidas na Portaria nº 18.279, de 06 de janeiro de 2005.

15.11 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

15.12 Ocorrendo atraso na liberação do pagamento por motivo injustificado, a Contratante poderá incorrer em multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

15.13 Não será efetuado qualquer pagamento a Contratada/Detentora enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.14 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário para o qual deverão constar os dados bancários no corpo da nota fiscal.

15.15 Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis, observando o disposto da Lei Federal nº 10.192/2001, sendo que na hipótese de prorrogação contratual, após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados com base no índice do IGPM da FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante requerimento da Detentora.

**15.16** As despesas com a execução do presente onerarão a dotação orçamentária de nº:

**02.08.01-08.122.0350.2.036-3.3.90.39.00 - VERBAS DO TESOURO MUNICIPAL.**

## **16 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a juízo da Administração, nos termos da legislação municipal à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

16.2 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções, em razão da execução:

16.2.1 Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo a Prefeitura a partir do 10º dia considerar rescindido o Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.2.1.1 O prazo para pagamento das multas moratórias será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério da Administração, e sendo possível, o valor das referidas multas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à PMSCS, garantida a ampla defesa nos termos da Lei.

16.3 Pela inexecução total do contrato, será aplicada à Contratada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do ajuste.

16.4 Pela inexecução parcial do contrato será aplicada à Contratada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

16.5 Multa de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações



decorrentes do ajuste que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Contrato.

16.6 Além das multas acima, a Administração poderá, ainda, impor as seguintes penalidades:

16.6.1 Advertência;

16.6.2 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de São Caetano do Sul, pelo prazo de até dois anos;

16.6.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

16.7 Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, enseja o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

16.8 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

16.9 Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do item 7.1, será a Contratada intimada da intenção da PMSCS quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.10 Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da Contratada quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.10.1 Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério da Administração, e sendo possível, o valor devido será descontado da garantia prestada ou, sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Administração. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que



porventura haja.

**16.11** Se a Contratante decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à Contratada.

**16.12** É assegurado nos termos legais os prazos para o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório, na aplicação das sanções.

**16.13** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da LC 123/06, devidamente atualizada, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração do Município de São Caetano do Sul.

**16.14** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSCS. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**16.15** Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21.

**16.16** A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**16.17** A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

16.18 A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

16.19 A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.

16.20 O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

16.21 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

16.22 Os valores relacionados a multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

16.23 As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

## **17 DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

17.1 A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **18 DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

18.1 À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

18.2 A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:

18.2.1 Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze)



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

18.2.2 Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

18.3 A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

**19. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

19.1 A relação jurídica, em razão da contratação resultante deste instrumento, é constituída entre a (Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul, a contratante) e a empresa vencedora da licitação (a contratada). Desta forma, sem prejuízo das condições previstas nos itens antecedentes, as partes assumem as obrigações a seguir estabelecidas.

**19.2 Obrigações da CONTRATADA:**

19.2.1 Cumprir todas as obrigações previstas neste instrumento.

19.2.2 Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.

19.2.3 Gerar um limite de crédito personalizado de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela SEAIS.

19.2.3.1 Deverá ser gerado um limite de crédito para aquisição dos produtos alimentícios e outro para aquisição dos botijões de gás.

19.2.4 Transferir os recursos correspondentes aos itens aos fornecedores credenciados, no prazo de até 10 dias úteis após a liquidação do pagamento pela SEAIS.

19.2.5 Efetuar o bloqueio e desbloqueio do(s) limite(s).

19.2.6 Fornecer instrumento que viabilize a utilização do crédito pelos fornecedores credenciados pela municipalidade.

19.2.7 Fornecer todos os equipamentos, insumos, pessoal, licenças e atualizações necessárias para a execução dos serviços.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

19.2.8 Promover, durante a vigência do contrato, a interação entre o estabelecimento credenciado pela municipalidade e o responsável pelo beneficiário Titular, a qual se dará por meio da disponibilização, pela CONTRATADA, de canais de acesso para a resolução de dúvidas e requerimento de informações, devendo disponibilizar serviço de suporte técnico necessário para alcance dos fins contratuais.

19.2.8.1 Para cumprimento do disposto no item antecedente, a CONTRATADA deverá oferecer Central de Atendimento, às suas expensas, com ligação gratuita, via 0800 ou similar, a qual funcionará, no mínimo, em horário comercial, seis dias por semana, para que a ela possa se socorrer tanto o beneficiário, quanto o estabelecimento credenciado, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar eventuais problemas inerentes aos serviços objeto do presente instrumento.

19.2.8.2 A interação que trata o item 19.2.8 refere-se às dúvidas com relação ao funcionamento do meio de pagamento. Demais dúvidas sobre a aquisição dos benefícios serão tratadas no telefone da SEAIS (4233-8902).

19.2.9 A CONTRATADA deverá realizar o acerto de contas semanalmente, consistente na verificação dos cupons ou notas fiscais capturados, validados e efetivamente pagos ou que por qualquer razão foram cancelados. O valor referente ao repasse do cupom ou nota fiscal que posteriormente foi cancelado deverá constar como crédito em favor da SEAIS devendo ser compensado no próximo pagamento ou ainda descontado de eventual valor a ser repassado por esta Secretaria à CONTRATADA.

19.2.10 Fatos atribuídos a terceiros não geram penalidades em desfavor da CONTRATADA.

19.2.11 Manter em sigilo os dados cadastrais dos beneficiários, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.

19.2.12 Executar o setup da ferramenta utilizada nesta contratação, customizando-a com a identificação da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social.

19.2.13 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

19.2.13.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

19.3 Obedecer às normas e rotinas do ÓRGÃO GERENCIADOR em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e a integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, processadas arquivadas eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

19.4 A Contratada deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, nos termos do art. 116 da lei 14.133/2021.

**19.3 Obrigações da CONTRATANTE:**

19.3.1 Transmitir à CONTRATADA o rol de estabelecimentos credenciados e, portanto, autorizados a comercializar os produtos relacionados.

19.3.2 Transmitir à CONTRATADA o rol de responsáveis legais autorizados a receber os cartões e adquirir os produtos na rede de estabelecimentos credenciados.

19.3.3 Desembolsar à CONTRATADA os valores correspondentes as vendas dos produtos alimentares e botijões de gás verificadas no período, observado o seguinte procedimento:

19.3.3.1 A CONTRATADA captura os cupons e/ou as notas fiscais dos fornecedores credenciados e, semanalmente, as envia à SEAIS, juntamente com o relatório de gestão de que trata o **item 5.1.6** do termo de referência.

19.3.3.2 O primeiro conjunto de documentos (cupons, notas fiscais e relatórios) deverá ser encaminhado em prazo a ser convencionado entre as partes contratantes, as quais definirão, preferencialmente, na quinta-feira da semana posterior ao início efetivo dos serviços.

19.3.3.3 Os demais conjuntos de documentos deverão ser encaminhados até as quintas-feiras das semanas subsequentes.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

19.3.3.4 A CONTRATADA cobrará o percentual pactuado, incidente sobre cada transação de pagamento, que deve ser o mesmo proposto e julgado vencedor ao final da licitação.

19.3.3.5 A CONTRATADA não poderá cobrar valores de transferência (tais como TED, DOC e assemelhados) ou taxas de manutenção de conta dos estabelecimentos credenciados e, tampouco, dos beneficiários.

19.4 Observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere o objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.079 de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

## **20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 É facultado ao(á) Pregoeiro(a) oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2 A(s) proponente(s) intimada(s) a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

20.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

20.4 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas neste edital e ainda, na Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores.

20.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.





20.7 O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

20.7.1 Para o(a) Pregoeiro(a), até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

20.7.2 Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

20.8 Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o(a) Pregoeiro(a) ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

20.9 A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo(a) Pregoeiro(a) na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

20.10 Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência, cessão ou subcontratação de responsabilidade da Detentora para outras empresas, salvo se prevista expressamente no Termo de Referência – Anexo I / Contrato.

20.11 A Administração se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie, mediante despacho devidamente motivado exarado pela autoridade competente.

20.12 A comunicação dos atos subsequentes à sessão pública aos proponentes ocorrerá mediante publicação no Jornal que veicula os atos oficiais da Prefeitura do Município de São Caetano do Sul.

**20.13 Ficam designados, Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, indicados pelas Portarias nº 40.304 DE 25 de outubro de 2023 e 40.369 de 05 de dezembro de 2023 e 41.026 de 27 de fevereiro de 2024.**



## **21. DO FORO**

21.1 O foro da Comarca de São Caetano do Sul é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

21.2 Este edital contém as CONDIÇÕES GERAIS do procedimento licitatório que, em conjunto com os elementos específicos contidos nos Anexos a seguir indicados, que o integram, regerão a presente licitação e posterior contratação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Proposta Comercial;

Anexo III- A Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III- B Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação para as ME e EPP;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V – Modelo de Declaração de Regularidade no Ministério do Trabalho;

Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação;

Anexo VII – Minuta de contrato.

São Caetano do Sul, 16 de abril de 2024.

**Silvia Moretti**  
**Diretora do Departamento de Planejamento, Compras,**  
**Licitações e Contratos**



**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

1.1 Contratação de empresa fornecedora de cartões conectados aos arranjos de pagamento eletrônico e gestão de créditos para pagamento de benefícios, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul - SEAIS, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios do Auxílio Suplementar de Alimentação e Auxílio Vale Gás, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.

### **2. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS**

2.1 A pretensa contratação relaciona-se com os benefícios destinados aos beneficiários da cesta básica de alimentos, para aquisição suplementar de alimentos perecíveis, carnes, frutas, outros do gênero e auxílio bimestral de vale gás:

2.2 A SEAIS tem por objetivo:

2.2.1 Promover o Auxílio Suplementar Alimentação e Auxílio Vale Gás, proporcionando condições dignas de alimentação para as famílias e minimizando as diferenças sociais entre crianças, jovens e adultos;

2.2.2 Possibilitar a aquisição, diretamente pelos responsáveis, do alimento, de acordo com as necessidades e escolha da família, bem como os botijões de gás para o preparo das refeições;

2.2.3 Oportunizar ao beneficiário poder de escolha dos produtos a serem adquiridos, desde que sejam do gênero alimentício e botijões de gás;

2.2.4 Descentralizar a aquisição como forma de fomentar as atividades em diferentes estabelecimentos especializados na comercialização;

2.3 A SEAIS promoverá o credenciamento de empresas fornecedoras dos produtos de gênero alimentício, e botijões de gás, os quais serão adquiridos diretamente pelos beneficiários dos cartões do auxílio.

2.4 Essa forma possibilitará que os beneficiários façam a gestão das reais necessidades alimentares e, mais que isso, usufruam da qualidade dos produtos não perecíveis fornecidos na



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

cesta básica de produtos, complementando de forma personalizadas as necessidades de outros itens que poderão escolher na rede credenciada.

2.5 Existe a necessidade de contratar empresa fornecedora do cartão para pagamento por meio eletrônico, que será encarregada de gerir as transações realizadas pelos beneficiários, oriundas das aquisições dos produtos alimentícios ou botijões de gás, e realizar o pagamento ao fornecedor credenciado (diante do valor repassado pela SEAIS), por ocasião da venda aos beneficiários do Programa de Auxílio Suplementar, e auxílio vale gás, observado o procedimento do item 6.3.3.4.

2.6 Para tanto, é necessária a utilização de sistemas de controle a serem utilizados pela empresa contratada por meio desta licitação, capazes de identificar o cupom fiscal ou nota fiscal emitido pelo fornecedor credenciado, apontando a venda dos itens, destinando ao mesmo os valores correspondentes.

2.7 Com o propósito de ampliar a competição no certame e, ao final da disputa, conquistar proposta vantajosa ao interesse público, foi disciplinada a participação de empresas em forma de consórcio, admitida, ainda, a eventual subcontratação de central de atendimento, mediante o cumprimento das formalidades editalícias e legais inerentes.

### **3. QUANTITATIVOS**

3.1 Serão beneficiados com os créditos do Auxílio Suplementar e Auxílio Vale Gás, os beneficiários do atual Programa de Auxílio Alimentação (Cestas básicas de alimentos), cerca de 8.000 (oito mil) cadastrados dentro dos critérios estabelecidos pela lei municipal.

3.1.1 Quantidade e valores estimados para o Programa:

➤ **Auxílio Suplementar de Alimentação**

- R\$ 150,00

➤ **Auxílio Vale Gás**

- R\$ 125,00

3.2 Os valores descritos acima serão desembolsados pela SEAIS, na medida em que os beneficiários dos créditos forem adquirindo os produtos na rede credenciada de fornecedores.

3.3 Considerando o montante a ser gerido pela empresa contratada, é necessário que as empresas candidatas à licitação demonstrem qualificação técnica proporcional, consistente na comprovação de fornecimento de meio de pagamento, em que foram realizadas, de no mínimo



50% do quantitativo total previsto do objeto licitado (considerando no mínimo uma transação para cada Auxílio):

3.3.1 Aquisição de produtos de gênero alimentício e vale gás na rede credenciada, no mínimo, 16.000 (mil) transações de pagamento por mês, em um período de 12 (doze) meses;

3.3.2 Será admitido que a comprovação de fornecimento pretérito tenha ocorrido por meio de cartões, porquanto esta forma contempla o objeto licitado.

#### **4. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

4.1 Contratação de empresa fornecedora cartões conectados aos arranjos de pagamento eletrônico e gestão de créditos para pagamento de benefícios, objetivando gerir os recursos públicos da SEAIS, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas às atividades dos beneficiários de Auxílio Suplementar de Alimentação, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.

4.2 Para o caso específico do presente instrumento, o meio de pagamento será destinado ao pagamento de valores devidos aos estabelecimentos credenciados pela SEAIS, em razão do fornecimento de produtos do gênero alimentício e vale gás.

4.3 A SEAIS transmitirá à CONTRATADA o rol de empresas credenciadas e, portanto, autorizadas a comercializar os mencionados produtos.

4.4 A SEAIS transmitirá à CONTRATADA o rol de beneficiários legais para emissão dos cartões de compra em rede credenciada.

4.5 Cada beneficiário legal receberá por meio do cartão, créditos mensais no valor de R\$150,00(Cento e cinquenta reais) e no caso do vale gás, um valor bimestral no montante de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

4.6 A SEAIS transmitirá, minimamente, o nome e número do CPF do beneficiário legal e quantidade de créditos que devem ser disponibilizados, bem como o CNPJ dos estabelecimentos credenciados.

4.6.1 A empresa contratada se compromete a tratar os dados constantes nos itens 4.6 com responsabilidade, no âmbito exclusivo das transações de venda, aquisição e pagamentos dos produtos, conferindo total cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados e respectivas regulamentações aplicáveis.

4.6.2 A transmissão das informações poderá ser feita por sistema integrado entre as Partes.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

4.7 Cada beneficiário, poderá adquirir em qualquer estabelecimento credenciado pela SEAIS, à sua escolha, os itens de alimentação e botijões de gás. Isto significa que cada beneficiário legal poderá adquirir os itens em quantos estabelecimentos credenciados desejar, respeitados os limites de crédito e classe de produtos estabelecidos por este instrumento. Portanto, a contratada deverá prever essa flexibilidade em seus custos e instrumentos de controle.

4.8 A data limite para utilização dos benefícios pelos beneficiários será definida pela SEAIS. A aquisição poderá ocorrer de uma única vez ou de forma escalonada ao longo do período, observada a necessidade do beneficiário.

4.9 O repasse dos auxílios para os beneficiários não poderá permitir transferência ou saque.

4.10 A empresa contratada deverá disponibilizar aos beneficiários uma solução tecnológica, a ser utilizada em telefones celulares, para que estes possam verificar os créditos, saldo e utilizações do cartão junto aos fornecedores credenciados pela Secretaria.

4.11 Os auxílios disponibilizados somente poderão ser utilizados para a aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás.

4.12 Aos beneficiários que, eventualmente, não possuem telefone celular, ou que o possuem com restrições ao uso da solução tecnológica ora prevista, a CONTRATADA deverá disponibilizar solução alternativa ou site que possibilite a consulta do saldo e créditos.

4.12.1 Estima-se que 5% dos usuários encontrem-se nestas condições e, portanto, necessitarão da solução alternativa.

4.12.2 A solução alternativa poderá ser site, desde que possibilite ser acessado por qualquer equipamento conectado à internet sem a necessidade de baixar aplicativos.

## **5. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO MEIO DE PAGAMENTO**

5.1 Para assegurar o desembolso dos valores da SEAIS aos estabelecimentos (fornecedores) credenciados, em razão da aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás pelos beneficiários, a CONTRATADA deverá utilizar meio de pagamento eletrônico rígido e envolto por múltiplos controles, contemplando, no mínimo, as seguintes características:

5.1.1 Identificação inequívoca de que a aquisição de produto foi realizada mediante apresentação do cartão e uso de senha.

5.1.2 Sistema antifraude que possibilite assegurar que os benefícios estão sendo utilizados para o fim ao qual se destinam.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

5.1.3 Identificação do estabelecimento credenciado pela Secretaria, apto a fornecer os produtos, com base em lista transmitida pela referida Secretaria à CONTRATADA.

5.1.4 Dispositivo de captura do cupom fiscal ou nota fiscal emitido pelo estabelecimento credenciado, apontando a venda dos itens.

5.1.4.1 O dispositivo deverá realizar a validação do cupom fiscal ou nota fiscal capturada junto aos órgãos fazendários competentes.

5.1.4.2 O dispositivo deverá realizar a verificação dos itens de produtos alimentícios ou botijões adquiridos, ou seja, se todos pertencem ao rol definido pela SEAIS.

5.1.5 Trava de segurança, destinada a impossibilitar que os valores por beneficiário ultrapassem os valores dos benefícios.

5.1.5.1 O mesmo beneficiário não poderá ter mais que um crédito mensal para cada modalidade, detalhamento que constará da lista a ser disponibilizada pela Secretaria.

5.1.5.2 O valor dos benefícios destinados à aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás poderão ser utilizados, por meio de seu cartão, em qualquer estabelecimento credenciado pela Secretaria, à sua escolha, para aquisição dos itens. É dizer: cada beneficiário legal poderá adquirir os itens em quantos (e quais) estabelecimentos credenciados desejar, observados os limites ora impostos.

5.1.5.3 O beneficiário responsável poderá ter disponível dois benefícios, assim, o dispositivo deverá ter trava de segurança para impossibilitar que os valores das aquisições ultrapassem o valor dos créditos de forma separada, ou seja, a trava deverá estar disponível para o auxílio referente ao "Auxílio Suplementar" e para o "Auxílio Vale Gás".

5.1.6 Dispositivo de envio semanal de relatório de gestão, com a identificação das transações de pagamento, contemplando, no mínimo, a identificação dos estabelecimentos credenciados e dos responsáveis nas respectivas transações de pagamento, os valores, as datas, a identificação e as quantias dos itens de alimentos e gás.

## **6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1 A relação jurídica, em razão da contratação resultante deste instrumento, é constituída entre a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul, (a contratante) e a empresa vencedora da licitação (a contratada). Desta forma, sem prejuízo das condições previstas nos itens antecedentes, as partes assumem as obrigações a seguir estabelecidas.



**6.2 Obrigações da CONTRATADA:**

6.2.1 Cumprir todas as obrigações previstas neste instrumento.

6.2.2 Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.

6.2.3 Gerar um limite de crédito personalizado de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela SEAIS.

6.2.3.1 Deverá ser gerado um limite de crédito para aquisição dos produtos alimentícios e outro para aquisição dos botijões de gás.

6.2.4 Transferir os recursos correspondentes aos itens aos fornecedores credenciados, no prazo de até 10 dias úteis após a liquidação do pagamento pela SEAIS.

6.2.5 Efetuar o bloqueio e desbloqueio do(s) limite(s).

6.2.6 Fornecer instrumento que viabilize a utilização do crédito pelos fornecedores credenciados pela municipalidade.

6.2.7 Fornecer todos os equipamentos, insumos, pessoal, licenças e atualizações necessárias para a execução dos serviços.

6.2.8 Promover, durante a vigência do contrato, a interação entre o estabelecimento credenciado pela municipalidade e o responsável pelo beneficiário Titular, a qual se dará por meio da disponibilização, pela CONTRATADA, de canais de acesso para a resolução de dúvidas e requerimento de informações, devendo disponibilizar serviço de suporte técnico necessário para alcance dos fins contratuais.

6.2.8.1 Para cumprimento do disposto no item antecedente, a CONTRATADA deverá oferecer Central de Atendimento, às suas expensas, com ligação gratuita, via 0800 ou similar, a qual funcionará, no mínimo, em horário comercial, seis dias por semana, para que a ela possa se socorrer tanto o beneficiário, quanto o estabelecimento credenciado, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar eventuais problemas inerentes aos serviços objeto do presente instrumento.

6.2.8.2 A interação que trata o item 6.2.8 refere-se às dúvidas com relação ao funcionamento do meio de pagamento. Demais dúvidas sobre a aquisição dos benefícios serão tratadas no telefone da SEAIS (4233-8902).

6.2.9 A CONTRATADA deverá realizar o acerto de contas semanalmente, consistente na verificação dos cupons ou notas fiscais capturados, validados e efetivamente pagos ou que por qualquer razão foram cancelados. O valor referente ao repasse do cupom ou nota fiscal que



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

posteriormente foi cancelado deverá constar como crédito em favor da SEAIS devendo ser compensado no próximo pagamento ou ainda descontado de eventual valor a ser repassado por esta Secretaria à CONTRATADA.

6.2.10 Fatos atribuídos a terceiros não geram penalidades em desfavor da CONTRATADA.

6.2.11 Manter em sigilo os dados cadastrais dos beneficiários, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.

6.2.12 Executar o setup da ferramenta utilizada nesta contratação, customizando-a com a identificação da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social.

6.2.13 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

6.2.13.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

6.3 Obrigações da CONTRATANTE:

6.3.1 Transmitir à CONTRATADA o rol de estabelecimentos credenciados e, portanto, autorizados a comercializar os produtos relacionados.

6.3.2 Transmitir à CONTRATADA o rol de responsáveis legais autorizados a receber os cartões e adquirir os produtos na rede de estabelecimentos credenciados.

6.3.3 Desembolsar à CONTRATADA os valores correspondentes as vendas dos produtos alimentares e botijões de gás verificadas no período, observado o seguinte procedimento:

6.3.3.1 A CONTRATADA captura os cupons e/ou as notas fiscais dos fornecedores credenciados e, semanalmente, as envia à SEAIS, juntamente com o relatório de gestão de que trata o **item 5.1.6** do presente instrumento.

6.3.3.2 O primeiro conjunto de documentos (cupons, notas fiscais e relatórios) deverá ser encaminhado em prazo a ser convencionado entre as partes contratantes, as quais definirão, preferencialmente, na quinta-feira da semana posterior ao início efetivo dos serviços.

6.3.3.3 Os demais conjuntos de documentos deverão ser encaminhados até as quintas-feiras das semanas subsequentes.



6.3.3.4 A CONTRATADA cobrará o percentual pactuado, incidente sobre cada transação de pagamento, que deve ser o mesmo proposto e julgado vencedor ao final da licitação.

6.3.3.5 A CONTRATADA não poderá cobrar valores de transferência (tais como TED, DOC e assemelhados) ou taxas de manutenção de conta dos estabelecimentos credenciados e, tampouco, dos beneficiários.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

7.1 Será permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, condicionada ao cumprimento do previsto na Lei nº 14.133/2021 e das condições abaixo elencadas:

7.1.1 Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados e assinalada as proporções de participação de cada um deles no Consórcio, o qual deverá ser encaminhado no momento licitatório.

7.1.2 O compromisso deverá indicar a empresa responsável pelo Consórcio que deverá atender às condições de liderança, conferindo-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todas as consorciadas.

7.1.3 Apresentação dos documentos de habilitação exigidos, por parte de cada Consorciada, admitindo-se: (a) quanto aos atestados ou certidões de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada Consorciada; e (b) para efeito de atendimento dos requisitos de qualificação econômico-financeira, a somatória dos valores de cada Consorciada, na proporção de sua respectiva participação no Consórcio.

7.1.4 Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um Consórcio, ou através de um Consórcio isoladamente.

7.1.5 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase da licitação, quanto na execução do contrato.

7.1.6 A licitante vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do Consórcio, nos termos do compromisso referido na letra (a).

7.1.7 Nenhuma licitante poderá participar de mais de um Consórcio, restrição que compreende igualmente suas controladas, controladoras, coligadas ou subsidiárias.

7.1.8 O prazo de duração do Consórcio deverá ser no mínimo o mesmo fixado para o contrato que será firmado em decorrência da licitação.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

7.1.9 Será admitida a subcontratação de central de atendimento, mantidas as responsabilidades contratuais e legais da empresa contratada.

7.1.9.1 A contratada deverá apresentar, com relação à subcontratada, os documentos exigidos para regularidade fiscal.

## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1 A licitante obriga-se a dar pleno atendimento ao previsto na Lei 14.133/2021, apresentando os seguintes documentos para a **qualificação técnica**:

8.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.1.2 Considerar-se-á (ão) compatível (is) em características, quantidades e prazos o(s) atestado(s) que comprove(m):

a) o fornecimento de meio de pagamento eletrônico, em que foram realizadas, no mínimo, 9.000 (nove mil) transações de pagamento por mês em um período de 12 meses, o que corresponde a 50% do objeto total ora licitado e;

8.1.2.1 A menção à utilização de cartões no (s) atestado (s) será aceita para fins da comprovação de “fornecimento de meio de pagamento eletrônico”, a que alude a alínea “a” do item anterior.

8.1.2.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

8.1.2.3 Serão aceitos o somatório dos atestados desde que comprovem no mínimo 50% do objeto total licitado no período de 12 meses.

## **9. DO PRAZO CONTRATUAL**

9.1 O prazo de vigência será de 12 meses contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado, mediante despacho de autorização da autoridade competente, por menores ou iguais períodos e nas mesmas condições, observado o prazo limite e condições legais.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

10.1 Os valores serão repassados à CONTRATADA conforme descrito nos relatórios de gestão.

10.2 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

10.3 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

## **11. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1 A autorização para que a CONTRATADA transfira o pagamento ao estabelecimento credenciado contera declaração expressa de recebimento do objeto contratado, permitindo-se expressamente à CONTRATADA o direito de reter a remuneração que lhe é devida pelos serviços prestados no momento do repasse do valor devido ao fornecedor credenciado pela aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás.

11.2 Em situações excepcionais, a eventual suspensão da remuneração se dará pela retenção da respectiva taxa de administração pela municipalidade.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1 São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº14.133/2021, e demais normas pertinentes.

12.2 Multa de 20%, sobre o valor do ajuste, nos termos do art. 81 da Lei 8.666/93, pela recusa da CONTRATADA em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, ou com atraso, sem a devida justificativa aceita pela CONTRATANTE.

12.3 Multa compensatória de 20% sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória de 10% será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.5 Caberá multa diária de 0,5% por dia de descumprimento, limitada a 20%, nos seguintes casos:

13.5.1. não realização do registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários no sistema informatizado a ser utilizado nessa contratação;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

13.5.2. não realização da transferência aos estabelecimentos credenciados, na data prevista no edital, dos recursos correspondentes aos itens;

13.5.3. não fornecimento dos equipamentos, insumos, pessoal, licenças e atualizações necessárias para a execução dos serviços contratados;

13.5.4. quando não houver disponibilização adequada do serviço de suporte técnico necessário para alcance dos fins contratuais ou mesmo esteja fora de serviço;

13.5.5. quando não houver disponibilização adequada do serviço de ligação gratuita, via 0800 ou similar, ou mesmo esteja fora de serviço;

13.5.6. não envio do relatório de gestão no prazo determinado neste Termo de Referência;

13.5.7. não fornecimento da solução alternativa para os responsáveis que não possuem celular.

12.6 Pelo descumprimento de outras obrigações da CONTRATADA, previstas no Termo de Referência, diferentes das mencionadas acima, multa de 2%.

12.7 Para efeitos das sanções previstas nos itens 13.4, 13.5 e 13.6, a multa terá por base de cálculo o valor contratual a ser repassado na semana da data da ocorrência do fato. Nesse caso, para fins de definição, temos que a semana inicia-se no sábado e termina na sexta-feira, por ocasião do pagamento.

12.8 Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo remanescente do contrato na ocasião.

12.9 As multas descritas acima serão descontadas do pagamento a ser efetuado, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

12.10 Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento da multa devida, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a processo judicial de execução fiscal.

12.11 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.12 A prática de atos fraudulentos ou inidôneos na execução do presente contrato sujeita a CONTRATADA, além da competente sanção pecuniária, às penalidades da legislação pertinente.

12.13 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto em lei.



**SÃO  
CAETANO  
DO SUL**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Fls. \_\_\_\_\_

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL

**ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

|   |                                      |   |
|---|--------------------------------------|---|
| <b>Nome da Empresa:</b>   |                                      |   |
| <b>Endereço eletrônico:</b>                                     |                                      |   |
| <b>Endereço:</b>  | <b>Nº.</b>                           | <b>Bairro:</b>                            |
| <b>Cidade:</b>  | <b>Estado:</b>                       | <b>CEP:</b>                               |
| <b>CNPJ Nº:</b>   | <b>Fone/fax:</b>                     | <b>Inscrição Estadual:</b>                |
| <b>Dados para pagamento:</b>                                    |                                      |   |
| Banco: _____ - nº ____ / Agência: _____ / Conta Corrente: _____ |                                      |   |
| <b>Dados do Responsável que Assinará o Contrato:</b>            |                                      |   |
| <b>Nome:</b>  | <b>Cargo:</b>                        | <b>Estado Civil:</b>                      |
| <b>RG nº</b>  | <b>CPF nº</b>                        | <b>Data de Nascimento: ____/____/____</b> |
| <b>Endereço completo:</b>                                       |                                      |   |
| <b>E-mail corporativo:</b>                                      |                                      | <b>E-mail pessoal:</b>                    |
| <b>Telefone Coml:</b>   | <b>Telefone Resid.:</b>              | <b>Celular</b>                            |
| <b>Pregão nº: ____/2023</b>                                     | <b>Data Abertura: ____/____/2023</b> | <b>Horário: ____:____hs</b>               |

| ITEM | CÓDIGO         | QTD. | UN. | DESCRICAO  | TAXA PERCENTUAL DE<br>ADMINISTRAÇÃO A SER COBRADA<br>DO MUNICÍPIO |
|------|----------------|------|-----|--|---|
| 1    | 2.09.01.9849.9 | 1    | SVÇ | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTÃO CONECTADO AOS ARRANJOS DE PAGAMENTOS ATUAIS E GESTÃO DE CRÉDITO PAR |   |

**Prazo de validade da proposta** de no mínimo 60 (sessenta) dias.

**Prazo de Execução:**

**Prazo de Vigência:**

**Declaramos que estamos cientes e aceitamos todas as exigências, normas e prazos estabelecidos neste edital e nos seus Anexos, e que os produtos ofertados atendem às especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.**

Local....., de..... de.....de 2024.

**Assinatura e carimbo da empresa**

**R. Eduardo Prado, 201 - São José, São Caetano do Sul - SP | CEP: 09581-200**



**ANEXO III A (MODELO) - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu (sócio/procurador), Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas na Lei nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. Documento identidade





**ANEXO III B (MODELO) - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu (sócio/procurador), Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como os benefícios das Leis Federais e Municipal 123/2006, devidamente atualizada, e 4660/2008, no que couber.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. Documento identidade



**ANEXO IV (MODELO) - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO  
PORTE**

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu (sócio/procurador), Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, DECLARA, sob as penas da Lei, que a receita bruta do exercício anterior (na forma da lei) não excedeu o limite fixado no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 e posteriores alterações e artigos 4º e 5º da Lei Municipal 4660/2008, no que couber, conforme o caso, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

Declara, ainda, que não tem nenhum dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, devidamente atualizada, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. Documento identidade



**ANEXO V (MODELO) - DECLARAÇÕES DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E RELATIVAS AOS ARTIGOS 63, INCISO IV E 68, INCISO VI, DA LEI FEDERAL  
14.133/21**

**PROCESSO Nº. 14.959/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

**DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem, **DECLARAR**, para fins de participação no **Processo Licitatório nº 14.959/2023 - Pregão Eletrônico nº. 13/2024**, sob as penas da Lei, que:

- Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, uma vez que cumpre as disposições impostas pelo inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.
- A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- Atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. Documento identidade



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

**Contratada:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**PROCESSO Nº 14.959/2023**

**OBJETO:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- c) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- d) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- e) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- f) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO / ENTIDADE**

Nome:

Cargo:



CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*





**ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE CARTÕES CONECTADOS AOS ARRANJOS DE PAGAMENTO ELETRÔNICO E GESTÃO DE CRÉDITOS PARA PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS, OBJETIVANDO GERIR OS RECURSOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DE SÃO CAETANO DO SUL - SEAIS, DESTINADOS AO PAGAMENTO DE FORNECEDORES POR ELA PREVIAMENTE CREDENCIADOS, EM RAZÃO DE TRANSAÇÕES RELACIONADAS AOS BENEFÍCIOS DO AUXÍLIO SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO VALE GÁS, DESCRITAS AO LONGO DESTE INSTRUMENTO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL E A EMPRESA \_\_\_\_\_, ORIUNDA DO PROCESSO Nº. 14.959/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_, do ano de **2024** (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de São Caetano do Sul, no Gabinete do Senhor Prefeito, situado na Rua Eduardo Prado nº. 201, Bairro Cerâmica, Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, compareceram as partes entre si justas e pactuadas, a saber: de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.307.595/0001-75, neste ato representada seu **Secretário de Assistência e Inclusão Social**, (devidamente qualificado no Termo de Ciências e de Notificação), doravante denominados simplesmente “**Contratante**” e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente “**Contratada**”, as quais, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, resolvem firmar o presente contrato, em observância às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e seus atos regulamentadores; da Lei Complementar Federal 123/06 em suas redações atuais; dos Decretos Municipais nº. 9.459/2006 e 11.914/2023; supletivamente aos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e outorgam, que seguem:



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS E DO VALOR**

**1. OBJETO:**

1.1. Constitui o objeto deste Pregão a **Contratação de empresa fornecedora de cartões conectados aos arranjos de pagamento eletrônico e gestão de créditos para pagamento de benefícios, objetivando gerir os recursos públicos da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul - SEAIS, destinados ao pagamento de fornecedores por ela previamente credenciados, em razão de transações relacionadas aos benefícios do Auxílio Suplementar de Alimentação e Auxílio Vale Gás, descritas ao longo deste instrumento, pelo período de 12 meses.**

1.2. A pretensa contratação relaciona-se com os benefícios destinados aos beneficiários da cesta básica de alimentos, para aquisição suplementar de alimentos perecíveis, carnes, frutas, outros do gênero e auxílio bimestral de vale gás.

1.3. A taxa administrativa homologada para a referida contratação é:

| ITEM | CÓDIGO         | QTD. | UN. | DESCRICAO  | TAXA PERCENTUAL DE ADMINISTRAÇÃO A SER COBRADA DO MUNICÍPIO |
|------|----------------|------|-----|--|---|
| 1    | 2.09.01.9849.9 | 1    | SVÇ | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTÃO CONECTADO AOS ARRANJOS DE PAGAMENTOS ATUAIS E GESTÃO DE CRÉDITO PAR |   |

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS LEGISLAÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

2.1 Tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE, estão subordinadas ao previsto na Lei Federal 14.133/2021, Título III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.

2.2 A autorização para que a CONTRATADA transfira o pagamento ao estabelecimento credenciado contera declaração expressa de recebimento do objeto contratado, permitindo-se expressamente à CONTRATADA o direito de reter a remuneração que lhe é devida pelos serviços prestados no momento do repasse do valor devido ao fornecedor credenciado pela aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

2.3 Em situações excepcionais, a eventual suspensão da remuneração se dará pela retenção da respectiva taxa de administração pela municipalidade.

2.4 Para assegurar o desembolso dos valores da SEAIS aos estabelecimentos (fornecedores) credenciados, em razão da aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás pelos beneficiários, a CONTRATADA deverá utilizar meio de pagamento eletrônico rígido e envolto por múltiplos controles, contemplando, no mínimo, as seguintes características:

2.4.1 Identificação inequívoca de que a aquisição de produto foi realizada mediante apresentação do cartão e uso de senha.

2.4.2 Sistema antifraude que possibilite assegurar que os benefícios estão sendo utilizados para o fim ao qual se destinam.

2.4.3 Identificação do estabelecimento credenciado pela Secretaria, apto a fornecer os produtos, com base em lista transmitida pela referida Secretaria à CONTRATADA.

2.4.4 Dispositivo de captura do cupom fiscal ou nota fiscal emitido pelo estabelecimento credenciado, apontando a venda dos itens.

2.4.4.1 O dispositivo deverá realizar a validação do cupom fiscal ou nota fiscal capturada junto aos órgãos fazendários competentes.

2.4.4.2 O dispositivo deverá realizar a verificação dos itens de produtos alimentícios ou botijões adquiridos, ou seja, se todos pertencem ao rol definido pela SEAIS.

2.4.5 Trava de segurança, destinada a impossibilitar que os valores por beneficiário ultrapassem os valores dos benefícios.

2.4.5.1 O mesmo beneficiário não poderá ter mais que um crédito mensal para cada modalidade, detalhamento que constará da lista a ser disponibilizada pela Secretaria.

2.4.5.2 O valor dos benefícios destinados à aquisição dos produtos alimentícios ou botijões de gás poderão ser utilizados, por meio de seu cartão, em qualquer estabelecimento credenciado pela Secretaria, à sua escolha, para aquisição dos itens. É dizer: cada beneficiário legal poderá adquirir os itens em quantos (e quais) estabelecimentos credenciados desejar, observados os limites ora impostos.

2.4.5.3 O beneficiário responsável poderá ter disponível dois benefícios, assim, o dispositivo deverá ter trava de segurança para impossibilitar que os valores das



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

aquisições ultrapassem o valor dos créditos de forma separada, ou seja, a trava deverá estar disponível para o auxílio referente ao “Auxílio Suplementar” e para o “Auxílio Vale Gás”.

2.4.5.4 Dispositivo de envio semanal de relatório de gestão, com a identificação das transações de pagamento, contemplando, no mínimo, a identificação dos estabelecimentos credenciados e dos responsáveis nas respectivas transações de pagamento, os valores, as datas, a identificação e as quantias dos itens de alimentos e gás.

2.5 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

2.5.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, a critério das partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS, PAGAMENTO E REAJUSTE CONTRATUAL**

4.1 As despesas com a execução do presente onerarão as dotações orçamentárias de nº **02.08.01-08.122.0350.2.036-3.3.90.30.00 - VERBAS DO TESOURO MUNICIPAL.**

2.6 Os pagamentos serão efetivados em 30 dias contados da data em que for atestado o fornecimento dos materiais ou a prestação de serviços. A atestação será efetuada no prazo máximo de 5 dias úteis após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual deverá ser aprovada, conferida e assinada pelo Setor Requisitante e encaminhada posteriormente, à Seção de Contabilidade para lançamento e demais providências, na conta bancária da **Contratada**, **Banco** \_\_\_\_\_, **agência n.º** \_\_\_\_\_, **conta n.º** \_\_\_\_\_.

2.6.1 Somente haverá a liberação, pela Secretaria Municipal da Fazenda, do pagamento devido à Contratada, quando da apresentação, pela Unidade Requisitante, de



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

certidão devidamente assinada pelo secretário, conforme disposições contidas na Portaria nº 18.279, de 06 de janeiro de 2005.

- 2.7 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada a nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
- 2.8 Ocorrendo atraso injustificado na liberação do pagamento, a Contratante poderá ser penalizada com multa de mora correspondente a 0,01% (um centésimo de percentual), do valor a ser pago, por dia de atraso até seu efetivo pagamento.
- 2.9 Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.10 Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário para qual deverão constar os dados bancários no corpo da nota fiscal.
- 2.11 Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:
- 2.11.1 Certidão negativa de débitos referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
  - 2.11.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
  - 2.11.3 Prova da regularidade para com o Cadastro de Informativo Municipal – CADIN Municipal.
  - 2.11.4 Certidão negativa de débitos trabalhista – CNDT
  - 2.11.5 Certidão negativa de débitos tributários mobiliários expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de São Caetano do sul OU caso a empresa não seja inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São





**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

Caetano do Sul, deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que não é cadastrada e de que nada deve a esta Municipalidade relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

- 2.12 Os preços serão fixos e irrevogáveis nos termos da Lei Federal 10.192/2001, sendo que na hipótese de prorrogação contratual, após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados com base no índice do IGPM da FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, mediante requerimento da Contratada.
- 2.13 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal 14.133/21, bem como por eventuais normas regulamentadoras.
- 2.14 O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 24 da Lei 14.133/21 poderá ser iniciado por requerimento da CONTRATADA ou por determinação do CONTRATANTE.
- 2.14.1 Quando o pedido for iniciado por requerimento da CONTRATADA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito.
- 2.14.2 O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato.
- 2.14.3 Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, a CONTRATANTE terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 2.15 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 2.16 Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1 A relação jurídica, em razão da contratação resultante deste instrumento, é constituída entre a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social de São Caetano do Sul, (a contratante) e a empresa vencedora da licitação (a contratada). Desta forma, sem prejuízo das condições previstas nos itens antecedentes, as partes assumem as obrigações a seguir estabelecidas.

#### **5.2 Obrigações da CONTRATADA:**

5.2.1 Cumprir todas as obrigações previstas neste instrumento.

5.2.2 Proceder ao registro dos dados cadastrais e financeiros dos beneficiários em sistemas informatizados.

5.2.3 Gerar um limite de crédito personalizado de acordo com o arquivo de cadastro enviado pela SEAIS.

5.2.4 Deverá ser gerado um limite de crédito para aquisição dos produtos alimentícios e outro para aquisição dos botijões de gás.

5.2.5 Transferir os recursos correspondentes aos itens aos fornecedores credenciados, no prazo de até 10 dias úteis após a liquidação do pagamento pela SEAIS.

5.2.6 Efetuar o bloqueio e desbloqueio do(s) limite(s).

5.2.7 Fornecer instrumento que viabilize a utilização do crédito pelos fornecedores credenciados pela municipalidade.

5.2.8 Fornecer todos os equipamentos, insumos, pessoal, licenças e atualizações necessárias para a execução dos serviços.

5.2.9 Promover, durante a vigência do contrato, a interação entre o estabelecimento credenciado pela municipalidade e o responsável pelo beneficiário Titular, a qual se dará por meio da disponibilização, pela CONTRATADA, de canais de acesso para a resolução de dúvidas e requerimento de informações, devendo disponibilizar serviço de suporte técnico necessário para alcance dos fins contratuais.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

5.2.9.1 Para cumprimento do disposto no item antecedente, a CONTRATADA deverá oferecer Central de Atendimento, às suas expensas, com ligação gratuita, via 0800 ou similar, a qual funcionará, no mínimo, em horário comercial, seis dias por semana, para que a ela possa se socorrer tanto o beneficiário, quanto o estabelecimento credenciado, para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar eventuais problemas inerentes aos serviços objeto do presente instrumento.

5.2.9.2 A interação que trata o item 5.2.9 refere-se às dúvidas com relação ao funcionamento do meio de pagamento. Demais dúvidas sobre a aquisição dos benefícios serão tratadas no telefone da SEAIS (4233-8902).

5.2.10 A CONTRATADA deverá realizar o acerto de contas semanalmente, consistente na verificação dos cupons ou notas fiscais capturados, validados e efetivamente pagos ou que por qualquer razão foram cancelados. O valor referente ao repasse do cupom ou nota fiscal que posteriormente foi cancelado deverá constar como crédito em favor da SEAIS devendo ser compensado no próximo pagamento ou ainda descontado de eventual valor a ser repassado por esta Secretaria à CONTRATADA.

5.2.11 Fatos atribuídos a terceiros não geram penalidades em desfavor da CONTRATADA.

5.2.12 Manter em sigilo os dados cadastrais dos beneficiários, em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.

5.2.13 Executar o setup da ferramenta utilizada nesta contratação, customizando-a com a identificação da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social.

5.2.14 O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a partir da implantação do meio de pagamento.

5.2.14.1 O prazo de implantação e entrega dos cartões aos beneficiários, será de 30 dias corridos contados a partir do recebimento da base de dados a ser enviada pela CONTRATANTE, o envio da base de dados será em até 3 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de serviços.

5.2.15 A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, bem como cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

em normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

5.2.15 Caberá à CONTRATADA, obedecer às normas e rotinas da CONTRATANTE em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e a integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, processadas arquivadas eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

5.4 A Contratada deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, nos termos do art. 116 da lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO CAETANO DO SUL:**

6.1 Transmitir à CONTRATADA o rol de estabelecimentos credenciados e, portanto, autorizados a comercializar os produtos relacionados.

6.2 Transmitir à CONTRATADA o rol de responsáveis legais autorizados a receber os cartões e adquirir os produtos na rede de estabelecimentos credenciados.

6.3 Desembolsar à CONTRATADA os valores correspondentes as vendas dos produtos alimentares e botijões de gás verificadas no período, observado o seguinte procedimento:

6.3.1 A CONTRATADA captura os cupons e/ou as notas fiscais dos fornecedores credenciados e, semanalmente, as envia à SEAIS, juntamente com o relatório de gestão de que trata o **item 5.1.6** do termo de referência.

6.3.2 O primeiro conjunto de documentos (cupons, notas fiscais e relatórios) deverá ser encaminhado em prazo a ser convencionado entre as partes contratantes, as quais definirão, preferencialmente, na quinta-feira da semana posterior ao início efetivo dos serviços.

6.3.2.1 Os demais conjuntos de documentos deverão ser encaminhados até as quintas-feiras das semanas subsequentes.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

6.3.2.2 A CONTRATADA cobrará o percentual pactuado, incidente sobre cada transação de pagamento, que deve ser o mesmo proposto e julgado vencedor ao final da licitação.

6.3.2.3 A CONTRATADA não poderá cobrar valores de transferência (tais como TED, DOC e assemelhados) ou taxas de manutenção de conta dos estabelecimentos credenciados e, tampouco, dos beneficiários.

6.4 Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;

6.5 Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento do instrumento contratual;

6.6 Comunicar à Contratada sobre quaisquer irregularidades dos produtos entregues;

6.7 Fiscalizar a prestação dos serviços, zelando pelo fiel cumprimento do presente contrato, promovendo seu recebimento, conferindo a qualidade, especificação exigida dos mesmos, assim como os preços apresentados;

6.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Contratado, durante o prazo vigente do Contrato;

6.9 Caberá à CONTRATANTE, observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere o objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.079 de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

6.10 Observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere o objeto deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 13.079 de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES E EXTINÇÃO:**

7.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a juízo da Administração, nos termos da legislação municipal à multa de





20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

7.2 Poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções, em razão da execução:

7.2.1 Multa por atraso: 1% (um por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 10% (dez por cento), podendo a Prefeitura a partir do 10º dia considerar rescindido o Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.23.1.1 O prazo para pagamento das multas moratórias será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério da Administração, e sendo possível, o valor das referidas multas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à PMSCS, garantida a ampla defesa nos termos da Lei.

16.24 Pela inexecução total do contrato, será aplicada à Contratada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do ajuste.

16.25 Pela inexecução parcial do contrato será aplicada à Contratada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

16.26 Multa de 10% (dez por cento), por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor total do Contrato.

16.27 Além das multas acima, a Administração poderá, ainda, impor as seguintes penalidades:

16.27.1 Advertência;

16.27.2 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de São Caetano do Sul, pelo prazo de até dois anos;

16.27.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

16.28 Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, enseja o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará pelo prazo de até 05



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

(cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

16.29 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

16.30 Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do item 7.1, será a Contratada intimada da intenção da PMSCS quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.31 Não sendo apresentada a defesa prévia pela Contratada ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da Contratada quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/21.

16.31.1 Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da Contratada. A critério da Administração, e sendo possível, o valor devido será descontado da garantia prestada ou, sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Administração. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que porventura haja.

**16.32** Se a Contratante decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à Contratada.

**16.33** É assegurado nos termos legais os prazos para o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório, na aplicação das sanções.

16.34 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da LC 123/06, devidamente atualizada, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração do Município de São Caetano do Sul.

16.35 O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da PMSCS. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.



16.36 Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no artigo 137 da Lei 14.133/21.

16.37 A extinção do contrato, observando o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21, poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.38 A CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.39 A CONTRATADA se sujeita às sanções previstas nos artigos 156 da Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.

16.40 A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.

16.41 O pagamento de multas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

16.42 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

16.43 Os valores relacionados a multas poderão ser deduzidos, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO  
E GOVERNO DIGITAL**

16.44 As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do **Pregão nº 13/2024** com seus Anexos e a Proposta Comercial da Contratada, constantes no **Processo Administrativo nº 14.959/2023**.

**CLÁUSULA NONA – GESTOR CONTRATO**

9.1. O gestor da presente contratação será o servidor indicado, nos termos dos Decretos Municipais nº 11.093/2017 e 11.914/2023, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do termo contratual objeto do presente certame, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, bem como, responsabilizar-se á pela vigência, com o consequente controle dos prazos de início e término contratual, aditamentos e instauração de novo processo de licitação, caso seja deliberado pela continuidade dos serviços ou fornecimento.

9.2. O Gestor responderá administrativamente, civil e penalmente pelo cumprimento do contrato ou instrumento equivalente, quando verificado a não observância dos requisitos acima causando prejuízo à Administração ou comprometimento das atividades procedimentais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO:**

10.1. O foro competente para dirimir qualquer dúvida ou ação decorrente do presente Contrato é o foro da Comarca de São Caetano do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, vai assinada pelas partes e testemunhas a tudo presente e de tudo cientes, para que produza os regulares efeitos de Lei e de Direito.

São Caetano do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**PMSCS**

**DETENTOR**